

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Florianópolis
2007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

REITOR

Anselmo Fábio de Moraes

VICE-REITOR

Sebastião Iberes Lopes Melo

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ivaír de Lucca

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Arlindo Rocha Carvalho

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sandra Makowiecky

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Tatiana Cominioto Menestrina

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Maauri Bogo

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Avenida Madre Benvenuta, 2007

88035-001 –Itacorubi – Florianópolis – SC

www.udesc.br

Sistematização e Redação Final

**Jadna L. Neves Heinzen
Sandra Makowiecky**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 INTRODUÇÃO	9
2 MISSÃO DA UDESC	11
3 VISÃO DA UDESC	11
4 OBJETIVO GERAL DO PPI	11
5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
6 PRINCÍPIOS ÉTICOS-FILOSÓFICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	12
7 DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	16
8 CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE CURRÍCULO	19
9 POLÍTICAS E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	22
9.1 INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	23
9.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO	25
9.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	32
9.4 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO CONTINUADA	33
9.5 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	33
9.6 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A PESQUISA	35
9.7 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO	41
9. 8 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A GESTÃO	43
10 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
REFERÊNCIAS	46

APRESENTAÇÃO

As Universidades e Instituições de Ensino Superior passam a utilizar documentos básicos norteadores para suas políticas e ações, como PDI; PPC; PPI e seus currículos, com objetivo de estabelecer e socializar suas políticas e ações acadêmicas.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) da UDESC para o período de 2006-2010 foi aprovado no ano de 2006. O PDI é um instrumento de gestão sob a forma de planejamento flexível pautado em objetivos e metas para um período determinado. Sua elaboração deve ser de caráter coletivo e os referenciais são os resultados da avaliação institucional. Articula-se ao PPI como sua orientação e deve apresentar os seguintes eixos temáticos: perfil institucional; gestão institucional (organização administrativa, organização e gestão de pessoal, política de atendimento ao discente); organização acadêmica (organização didático-pedagógica, oferta de cursos e programas — presenciais e a distância); infra-estrutura; aspectos financeiros e orçamentários e avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional.

Já o PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) é importante instrumento teórico-metodológico que define as políticas para a organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino, norteando as ações voltadas para a consecução de sua missão e de seus objetivos.

- ✓ Mais que um documento burocrático que atende às exigências legais
- ✓ Própria organização do trabalho acadêmico-administrativo
- ✓ Princípios, finalidades, eixos norteadores constituem elementos de caráter político e filosófico que definem as condições de homem e de

sociedade almejados e estabelecem o conjunto de valores que a instituição assume.

O PPI define o que se tem intenção de realizar no futuro – tem uma dimensão utópica, devendo transformar em real os princípios e práticas subjacentes a uma instituição.

O processo de sua construção exige reflexão e debates entre os segmentos da comunidade universitária sobre:

- A visão de mundo contemporâneo e o papel da IES em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica;
- o ensino, a pesquisa e a extensão como componentes para a formação crítica do futuro profissional e cidadão;
- a produção e a socialização dos conhecimentos na busca da articulação entre a situação real e a desejada dos diferentes atos operacionais e administrativos, conceituais e pedagógicos.

O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC), em elaboração conjunta com todos os envolvidos pelo desenvolvimento de cada curso, deve dialogar com o PPI, incorporando seus valores.

É um documento de mesma dimensão do PPI e nele se pauta ainda que se restrinja a um determinado curso. É a referência de todas as ações e decisões do curso. Cada projeto de curso, articulará a especificidade da(s) área(s) de conhecimento(s) no contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber, estabelecendo, ao mesmo tempo, o espaço particular relacionado à sua história. A organização curricular, que prevê as ações pedagógicas regulares do curso, elemento fundamental de um Projeto Pedagógico, é hoje orientada por Diretrizes Curriculares Nacionais. Deste modo, define a identidade formativa nos âmbitos humano e profissional, concepções e orientações pedagógicas, matriz curricular e estrutura acadêmica de seu funcionamento.

Finalmente, o CURRÍCULO é um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais sócio-antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso. Conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, garantindo a identidade do curso e o respeito à diversidade regional. Elementos do currículo: conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas no perfil do egresso; estrutura curricular; ementário; bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; serviços administrativos, de laboratórios e infra-estrutura de apoio.

A UDESC, além destes documentos referenciais aprovou também em 2006 seu Projeto de Avaliação institucional e o seu Planejamento Estratégico- Plano 20.

A apresentação do PPI da UDESC à comunidade acadêmica visa provê-la de um plano de referência para a sua ação educativa ao mesmo tempo em que se adequa às exigências internas e externas na apresentação de documentos básicos exigidos pela legislação e pela prática universitária, onde cada Universidade ao expor suas idéias, planos, metas, objetivos, expõe também seus sonhos que serão construídos com o comprometimento de todos.

Anselmo Fábio de Moraes
Reitor

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Institucional (PPI) é para a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) um importante “instrumento teórico-metodológico que estabelece as políticas para a organização administrativa e pedagógica, norteando as ações voltadas para a consecução de sua missão e de seus objetivos” (SUÑÉ, 2006).

A estruturação do PPI da UDESC apresenta características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do qual faz parte.

O PPI da UDESC tem por principal objetivo prover a Universidade de um plano de referência para sua ação educativa, adequando-a as exigências internas e externas quanto à apresentação de documentos básicos norteadores.

Os fundamentos do PPI da UDESC respaldam-se na responsabilidade social, nos compromissos culturais da Instituição, na autonomia universitária, na pluralidade de idéias e na concepção de educação, de ensino superior e de Universidade.

A proposta de construção do presente documento teve seu início em meados de 2005 concomitantemente com as discussões para elaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2006-2010 e do Plano Estratégico – (Plano 20), para um período de 20 anos.

Os princípios e pressupostos apresentados nos documentos citados foram referenciais para a construção deste Projeto. A elaboração deste documento também buscou subsídios na Política Nacional de Graduação, no Plano Nacional de Extensão, no Plano Nacional de Pós-Graduação e nas propostas de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) em andamento na Universidade. Além desses referenciais, o PPI da UDESC incorpora também as diversas contribuições recebidas da comunidade acadêmica.

A Reitoria, capitaneada da Pró-Reitoria de Ensino e por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, da Pró-Reitoria de Planejamento e da Pró-Reitoria de Administração, iniciou estudos com vistas à construção de uma proposta de Projeto Pedagógico Institucional a fim de estabelecer princípios norteadores para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Projeto Político Institucional respeita a autonomia pedagógica da Universidade no que diz respeito à fixação de currículos dos cursos e programas, o estabelecimento de conteúdos programáticos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisas científicas, produção artística e atividades de extensão (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – 9.394/96 LDB – art. 53).

O PPI da UDESC aborda os seguintes elementos: missão e visão da UDESC, objetivos, princípios éticos-filosóficos, desafios para a educação superior, concepções de ensino e de currículo, políticas e diretrizes institucionais, indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; políticas e diretrizes para o ensino de graduação, para o ensino de pós-graduação, para a educação a distância, para a educação continuada, para a pesquisa, para a extensão, para a gestão institucional e a avaliação institucional que alicerçam a política institucional.

O Projeto Pedagógico Institucional deve reafirmar o exercício da autonomia universitária em consonância ao respeito às normas nacionais para o ensino superior.

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (2004) o Projeto Pedagógico Institucional não é limitado a um período de gestão, constitui-se em projeção de valores originados na identidade da instituição e em práticas que os materializem no fazer específico de uma entidade cuja natureza é lidar com o conhecimento, desenvolvendo processos para socializá-lo, produzi-lo, reproduzi-lo e disseminá-lo.

2 MISSÃO DA UDESC

A UDESC tem por missão produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do país.

3 VISÃO DA UDESC

Ser uma Universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social.

4 OBJETIVO GERAL DO PPI

Prover a Universidade de um plano de referência para sua ação educativa.

5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PPI

- Estabelecer princípios norteadores para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.
- Estabelecer princípios, políticas e diretrizes para nortear as atividades acadêmicas.
- Ser um documento teórico e conceitual que balize a ação, a intervenção e a formulação das atividades universitárias.

6 PRINCÍPIOS ÉTICOS-FILOSÓFICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A elaboração do PPI da UDESC é fruto de uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação superior, de sua relação com a sociedade e com o tipo de indivíduo que a Universidade pretende formar.

O PPI da UDESC leva em conta o contexto em que vive a sociedade atual, marcado por crises de concepções e de paradigmas, fazendo emergir expectativas tanto nas áreas econômica, política, social, cultural como na área educacional.

Os processos acadêmicos têm, necessariamente, que adotar novas estratégias, desenvolver novas habilidades voltadas à assimilação e a construção de novos conceitos (DEMO, 1998).

Não se trata meramente de confrontar metodologias ou de incorporar planos de cursos e currículos com conteúdos sintonizados com a realidade. O que está em pauta neste momento, diz respeito a uma questão mais profunda, referente aos fins e aos meios de uma educação que transcorre num tempo, não importando o rótulo que lhe queiramos atribuir – era pós-moderna, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, etc.

De acordo com Morin (2005) os processos acadêmicos convencionais e a atual disseminação da atenção da vida urbana, dificultam a autonomia, princípio este imprescindível aos processos de aprendizagem.

As mudanças nos processos acadêmicos deverão estar focadas a uma educação para todos e de qualidade, capaz de organizar e dirigir situações de aprendizagem, desenvolver pedagogias diferenciadas, promover prática reflexiva, fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem em suas múltiplas dimensões (afetiva, cognitiva, motora, lingüística, ética, estética e artística). Os processos acadêmicos devem mobilizar as linguagens, a ciência e a tecnologia disponível de modo a rearticulá-los, ressignificá-los, ou mesmo superá-los, no sentido da satisfação das necessidades que emergem das práticas sociais.

As ações universitárias devem ter como referência às preocupações éticas e de valores sociais na promoção de atividades de caráter local e regional. Neste sentido, o processo de formação não se limita apenas às ações realizadas no ambiente educacional, mas se expande na relação com a sociedade e com o mundo do trabalho.

A Universidade do Estado de Santa Catarina visando uma adequada proposição, através do seu PPI, considera relevante tecer algumas idéias básicas que dizem respeito ao papel da Universidade; a adoção do PPI como instrumento de gestão e a avaliação institucional.

Considerar o PPI como instrumento de gestão significa dizer que as proposições estabelecidas deverão ser adotadas como parâmetros para os projetos pedagógicos de curso, para as posturas em relação à gestão e ações das políticas institucionais, para os procedimentos administrativos, para as políticas de ensino, pesquisa e extensão e para as orientações no tocante ao futuro da UDESC.

No que concerne à avaliação institucional a UDESC entende que é por meio deste mecanismo que a Universidade poderá aprimorar suas ações e sua qualidade acadêmica.

A qualidade da educação superior pressupõe o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação constante das seguintes dimensões, conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Política para o Ensino, a Pesquisa, A pós-graduação e a Extensão; Responsabilidade Social; Comunicação com a Sociedade; Política de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Infra-estrutura Física; Planejamento e Avaliação; Políticas de Atendimento ao Estudante Egresso e Sustentabilidade Financeira.

Os princípios éticos-filosóficos que balizam o Projeto Pedagógico Institucional da UDESC estão alicerçados nas seguintes premissas:

- defesa permanente da Universidade pública e gratuita;

- papel que a UDESC desempenha, na qualidade de promotora do desenvolvimento sócio-econômico, tecnológico, artístico e cultural da região catarinense;
- autonomia universitária: autonomia didática, financeira e administrativa;
- respeito a pluralidade de idéias;
- gestão democrática da instituição privilegiando as decisões descentralizadas;
- implementação de ações fundamentadas na defesa dos direitos dos indivíduos e do meio ambiente, garantindo o pleno exercício da cidadania e o papel da Universidade como geradora de transformação das práticas sociais;
- respeito aos elementos culturais, imprescindíveis para a perspectiva de uma formação humanizadora, como a ética, a cooperação, a solidariedade, a responsabilidade, entre outros;
- superação da fragmentação nas diferentes áreas do conhecimento;
- maior visibilidade da UDESC no cenário estadual e nacional, através de estratégias de divulgação cultural, científica e institucional;
- ampliação da participação política de direção da UDESC, em sintonia com as proposições definidas por seus Conselhos Superiores, no debate das grandes questões nacionais, buscando consolidar a independência de atuação da Universidade e sua posição de destaque entre as instituições públicas de ensino superior do país;
- consolidação e expansão do ensino (graduação e pós-graduação) e da pesquisa de qualidade em consonância com as transformações do conhecimento e às necessidades e demandas do Estado de Santa Catarina, com destaque para programas e/ou projetos interdisciplinares e flexíveis e para novas metodologias e concepções curriculares;
- interação mais efetiva da Universidade com a sociedade em todos os níveis de atuação com ênfase na educação continuada, educação a distância, desenvolvimento de programas de extensão através do estabelecimento de parcerias regionais, nacionais e internacionais e de uma prestação de serviços articulada a projetos acadêmicos e,

- gestão eficiente da instituição, através da racionalização de rotinas administrativas e a otimização dos recursos humanos.

A universidade pública, gratuita e de qualidade constitui um patrimônio para a sociedade, uma contribuição para a formação de recursos humanos e para a produção e socialização de conhecimento, em todas as áreas.

Pensar a UDESC, futuramente, pressupõe uma reflexão sobre dois eixos, a ação política e a autonomia.

A ação política deve ser estabelecida por meio da definição de princípios gerais do relacionamento da UDESC com as demais universidades brasileiras, com o governo federal, estadual e municipal, com o setor produtivo e com a sociedade civil organizada.

A autonomia deve permitir expansão de novos horizontes de conhecimento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, preservados os ideais da Universidade pública, gratuita.

A autonomia deve encontrar sua contrapartida em um processo permanente de avaliação baseada em indicadores que articulem, dialeticamente, necessidades inerentes à atualização de suas ações em relação aos desdobramentos do processo de desenvolvimento do país, com demandas derivadas da perenidade de seu compromisso social à integração dos brasileiros a um projeto democrático de nação. Assim concebido, o Projeto Político Institucional prevê a articulação da graduação e da pós-graduação com o sistema educacional em sua totalidade, o que inclui todos os níveis de ensino e seus desdobramentos.

O PPI da UDESC respalda-se também numa visão contemporânea de ciência, ou seja, aquela entendida como um processo de investigação, consciente de todas as suas limitações e do esforço crítico de submeter à renovação constante seus métodos e suas teorias (UNIBE, 2003).

Sob esta abordagem o conhecimento é tido como algo possível de revisão e reconstrução. Não há respostas prontas, acabadas. A verdade sempre poderá ser refutada. Não há verdades inquestionáveis. Não há procedimentos de investigação indiscutíveis. Comumente, busca-se o conhecimento absoluto, ou

seja, garantido como evidência incontestável. Todavia não há nenhum fundamento único, seguro do conhecimento, da certeza.

É preciso que a Universidade conceba o conhecimento de forma diferente, dando valor não só ao conhecimento científico, mas ao conhecimento tácito e cotidiano; a uma pedagogia fundamentada na unidade e na universalidade, oposta à pedagogia da especialização, uma pedagogia que privilegie aos alunos a construção do seu conhecimento.

Esta concepção busca tratar equilibradamente tanto os pressupostos da ciência e da tecnologia, quanto às necessidades do homem e da sociedade.

Sob esta concepção o ensino superior deve primar pela flexibilidade curricular e pela interdisciplinaridade que norteiam uma nova atitude acadêmica de ensinar contemplando uma esperança de ruptura com a tradição do ensino fragmentário.

7 DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

As considerações acerca do contexto, das missões, das funções da educação superior e da importância de formar nova visão e constituir novo paradigma de ação, assim como a definição de propostas de ações prioritárias para mudança e desenvolvimento da educação superior no âmbito da defesa nacional, dos sistemas e instituições e no plano internacional, apresentam-se consubstanciadas nos documentos intitulados *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* e, *Marco Referencial de Ação Prioritária para Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior*, oriundos de comissões e conferências da UNESCO (CATANI, 2000).

Os desafios para a educação superior remetem para a questão da imensa demanda, da diversificação institucional e da consciência sobre sua importância para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico. Isto exige constante mudança considerando-se que a tendência cada vez mais da sociedade atual é transformar-se em uma sociedade do conhecimento.

A idéia de educação continuada e igualmente acessível a todos deverá orientar as políticas educacionais das instituições universitárias.

Como instituição social, a Universidade tem importantes responsabilidades, tais como:

- educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes, incluindo capacidades profissionais, por meio de cursos e programas que se adaptem às necessidades presentes e futuras da sociedade;
- prover oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente;
- promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes;
- contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural;
- contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade;
- contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da educação em todos os níveis.

Embora sendo chamada a responder e a assumir diversas responsabilidades, a Universidade não pode perder de vista que seu compromisso maior é sempre com a produção de conhecimento, capaz de romper barreiras e provocar mudanças. A Universidade precisa estar inserida no processo de mudanças pelo qual o Brasil, como país emergente, está passando. A Universidade precisa ser contemporânea em seu tempo e promissora em relação ao futuro.

O ensino superior, para possibilitar a inserção profissional do aluno no mundo do trabalho precisa relacionar o conhecimento de forma mais ampla e não apenas à assimilação das possíveis aplicações de momento, incorporando a historicidade de sua elaboração, os contornos epistemológicos em que cada área se insere e, ainda os impactos exercidos sobre a sociedade e a cultura.

O cenário das relações internacionais aponta ainda para uma competitividade econômica e tecnológica entre os diferentes países. Este problema gera um grande desafio para as universidades brasileiras, ou seja, o de contribuir para a construção de conhecimentos que favoreçam a superação do atraso social, tecnológico e econômico do Brasil. Para tanto é fundamental que haja uma política condizente para o financiamento e desenvolvimento do ensino e da pesquisa em nível superior.

O financiamento da educação superior é ainda muito discutido. Contudo, o ensino superior requer recursos públicos e privados, sobretudo no apoio a pesquisa.

A pesquisa para se desenvolver precisa compartilhar conhecimento teóricos e práticos entre países e continentes por meio da solidariedade e parceria entre países e instituições, como forma de ganhar talentos científicos e contrapor a perda de profissionais.

É importante ressaltar que nas universidades brasileiras, há um crescimento significativo na atividade de pesquisa, gerando um incremento na produção do conhecimento através de redes de pesquisadores e instituições, cada vez mais diversificadas.

Embora os indicadores de desempenho da UDESC venham apresentando um crescimento e os critérios de mérito estejam cada vez mais sendo perseguidos por diferentes áreas de conhecimento e atuação, a UDESC ainda necessita afirmar-se como uma instituição de referência no campo científico, no do ensino e no do compromisso social.

No campo da educação é muito difícil prever o futuro, haja vista a complexidade que o cerca e a diversidade cultural e de valores. Todavia, a educação se coloca cada vez mais como uma área privilegiada para o desenvolvimento, na medida em que proporciona a reforma de pensamentos e de mentalidades para enfrentar os desafios do nosso tempo.

As principais temáticas, objeto da ação e intervenção das reformas e políticas de educação superior, hoje no mundo, são: **avaliação, novas tecnologias,**

gestão, financiamento, cooperação internacional, perda de talentos científicos e parcerias e alianças.

A relação do conhecimento com sua aplicabilidade tecnológica e a respectiva velocidade requerida por este processo produziu um deslocamento no papel da educação.

As novas tecnologias apontam para as mudanças que ocorrem na forma como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido. Essas tecnologias permitem vantagens e possibilidades novas de abertura, igualdade e cooperação internacional.

O Brasil assim como outros países se encontram em processo de globalização tanto nos aspectos tecnológico, econômico, político, cultural como o educacional, o que vem causando significativas mudanças nos processos de formação em nível superior.

Na atualidade, os desafios que se colocam para a instituição universitária estão relacionados a problemas complexos, pois a educação deve estar em sintonia com as indefinições e incertezas da sociedade e, é nesse contexto que residem os desafios da educação superior, na busca incessante pela qualidade de suas ações educativas.

A UDESC por ser uma Universidade pública e gratuita deverá estar sempre em sintonia com os setores sociais pautando suas ações em valores democráticos e acadêmicos, alicerçadas na produção crítica do conhecimento.

8 CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE CURRÍCULO

O ensino vem sendo desenvolvido de modo excessivamente fragmentado. A organização curricular das disciplinas as coloca como realidades estanques, com pouca interconexão, dificultando a aprendizagem através da compreensão do conhecimento integrado. Uma das alternativas para superar esta fragmentação tem sido a proposta de um ensino interdisciplinar, ou seja, uma forma de organizar os currículos de modo a permitir uma articulação entre as disciplinas.

Para que essa tentativa avance, é fundamental promover estudos, pesquisas e debates que problematizem o fazer e o pensar didático-pedagógico, ressignificando o papel das tecnologias e das linguagens no processo de formação.

Assim, a concepção atual de ensino deve primar pela flexibilidade curricular e pela interdisciplinaridade.

Adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento dos currículos, significa olhar, observar, ver, entender, descrever, explicar fenômenos complexos de situações de aprendizagem de modo plural, o que exige um trabalho de equipe realmente pluridisciplinar. Significa organizar os currículos em áreas que congregam disciplinas com objetos comuns de estudo, capazes de estabelecer um diálogo entre si enquanto áreas. Significa ainda, articular diversos campos de conhecimento, a partir de eixos conceituais.

A intradisciplinaridade se realiza como uma forma de ver e sentir o mundo. De estar no mundo, de perceber, de entender as múltiplas implicações que se realizam, ao analisar um acontecimento, um aspecto da natureza, isto é, o fenômeno da dimensão social, em sua rede infinita de relações, em sua complexidade.

A flexibilidade curricular dos programas de ensino, em todos os níveis permite ao estudante o exercício de sua autonomia na escolha de seus objetivos e na busca do sentido para a sua vida acadêmica e profissional.

Um currículo para estar pautado na flexibilidade curricular deve:

- permitir um fluxo articulado de aquisição de saber, em um período de determinado tempo, tendo como base a diversidade e o dinamismo do conhecimento, da ciência e da realidade social;
- oferecer alternativas de trajetórias, ou seja, um curso deve ser entendido como percurso;
- oferecer ao acadêmico orientação e liberdade para definir o seu percurso;
- oferecer condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas na sua área profissional e em pelo menos

uma área complementar e, possibilitar o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

A concepção contemporânea de ensino e de currículo está assentada no entendimento de que aprender é uma conseqüência do ato de reflexão sobre o que está sendo ensinado, contrariando a idéia tradicional de que se adquire um conhecimento e somente depois se aprende a utilizá-lo. Na verdade, a aprendizagem ocorre pelo ato de pensar no que se está aprendendo. Isso implica em problematizar, entender o sentido das coisas. Informações necessárias e disponíveis nos diferentes campos do conhecimento requerem o domínio de habilidades no âmbito das diferentes linguagens humanas de modo a captar o sentido e o significado que são inerentes ao saber.

São essas idéias que vem respaldando as avaliações e reformulações curriculares dos cursos de graduação da UDESC, as quais têm por objetivo o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Respeitando as orientações quanto à flexibilização curricular, torna-se imprescindível uma nova concepção da forma de ver o estudante: de simples reprodutor para agente construtor do próprio conhecimento. Para tanto, é necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, estimulando um trabalho de criação, onde os professores se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, articular, transformar, descobrir e, ainda, serem críticos, éticos e socialmente responsáveis.

Além das considerações apresentadas cabe destacar que no âmbito da UDESC, as reformulações curriculares estão alicerçadas nas seguintes orientações:

- cargas horárias adequadas e suficientes para manter a qualidade dos cursos. Mesmo que a opção seja pela carga horária mínima, na UDESC o mínimo equivale ao máximo, evitando o excesso na formação;
- formação generalista (própria dos cursos de graduação), respeitada a especificidade do conhecimento;

- especial atenção a cada área de conhecimento, evitando a personificação dos currículos, ou seja, a tendência de determinado corpo docente na estruturação curricular;
- possibilidade de redução de carga horária das disciplinas. O projeto pedagógico do curso deve ser pensado em termos de ideal de formação e não em manutenção de carga horária dos professores. Com o crescimento da pós-graduação, das comissões especializadas nos mais diversos assuntos, das demandas internas por atividades cada vez mais interdisciplinares, das orientações de pós-graduação, das orientações de estágios, atividades complementares, projetos de pesquisa e extensão, não há o que justifique currículos imensos para manter ocupação docente;
- integração no Projeto Pedagógico do Curso das disciplinas optativas e eletivas, evitando a sua acomodação em projetos de pesquisa ou interesses individuais de pesquisa de professores. Caso ocorra, que estejam dentro da excelência daquele corpo docente. A idéia, neste caso, é fortalecer a pesquisa de determinado grupo, no qual a Universidade se torna forte, podendo almejar a excelência do próprio Centro de Ensino.

Considerando que o conhecimento não é neutro, nem mesmo os modos de produção e disseminação, a UDESC entende o ensino num sentido amplo, que transcende a necessária formação técnica, de competências e habilidades. O ensino em nível superior tem o objetivo de contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.

9 POLÍTICAS E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

As políticas e diretrizes institucionais encontram-se explicitadas no Planejamento Estratégico da UDESC (Plano 20), a saber:

- a UDESC deverá ser caracterizada como uma Universidade propositiva;

- a UDESC buscará um desenvolvimento vocacionado;
- a UDESC investirá na verticalização;
- a UDESC adotará a estratégia de não duplicação de meios para fins idênticos ou semelhantes no processo de expansão institucional;
- a UDESC, no seu papel de Universidade, deverá cumprir uma missão (conservação e transmissão do conhecimento), uma missão investigadora (organização e desenvolvimento do conhecimento) e uma missão social (a serviço da comunidade);
- a UDESC concebe a extensão universitária como processo cultural, artístico e científico, o qual promove mediante a prática do ensino e da pesquisa, o envolvimento da Universidade com a sociedade, produzindo e socializando o conhecimento pela inserção na realidade;
- a UDESC adotará como diretriz básica para a consolidação de sua infraestrutura física, a vinculação da expansão dos centros/unidades de ensino ao plano diretor físico da Universidade;
- a UDESC assumirá a tecnologia da informação e comunicação como base pedagógica e administrativa;
- a UDESC deverá assumir sua identidade de Universidade do Estado.

9.1 INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

A Universidade pública, através de uma práxis educativa onde ocorra o entrelaçamento do ensino, da pesquisa e da extensão, poderá ter melhores condições para produzir o conhecimento. Todavia, esta prática só será viabilizada se houver um entendimento comum aliado a um esforço institucional.

A exemplo da primeira universidade brasileira, criada no Rio de Janeiro, o modelo de ensino superior do país surgiu de unidades isoladas – as faculdades – que foram agrupadas através de vínculos administrativos vindo a formar as universidades.

Em Santa Catarina, tanto a Universidade Federal, com a UDESC originaram-se também de Instituições de Ensino Superior Isoladas.

No caso específico da UDESC, essa realidade histórica da educação brasileira, aliada à heterogeneidade cultural característica do Estado – resultante dos aspectos demográficos da sua ocupação territorial e do desenvolvimento econômico diversificado – influenciou na adoção no seu modelo organizacional “multi campi”. Dentro de uma filosofia vocacional, as Unidades de Ensino da UDESC, integradas por uma estrutura administrativa financeira centralizada, situadas em algumas das principais cidades-pólo do Estado, têm seus objetivos de ensino e pesquisa ajustados às suas localizações, no sentido de serem uma resposta à realidade sócio-econômica da região.

Se de um lado a proposta pedagógica de vocacionamento de seus “campi” universitários favorece a interação entre a Universidade e a sociedade, de outro oportuniza e fortalece o surgimento de identidade próprias, de cada unidade.

Assim, a integração significa reconhecer e respeitar as características singulares de cada unidade de ensino resultantes do seu processo histórico e cultural, de sua localização geográfica, dos campos de conhecimentos específicos e também significa assumir, acima de tudo uma prática identitária única como UDESC. Prática identitária a ser explicitada através da qualidade do ensino vista na sua multidimensionalidade, guiada pela unidade de princípios e garantida por diretrizes globais.

A construção e a prática da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão estão diretamente relacionadas com a necessidade da adoção de um paradigma de educação superior centrado no estudante.

Adotar a prática da indissociabilidade significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o aluno a pensar e a ter independência intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

A pesquisa tem como estímulo à dúvida e os problemas que emergem da prática social. A extensão, por sua vez, deve ser concebida como uma perspectiva da produção do conhecimento. Neste sentido, torna-se necessário que a UDESC amplie, cada vez mais, os canais de interlocução com a sociedade.

È necessário que a Universidade facilite os processos de aquisição de

conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais.

A Universidade deverá incentivar nos estudantes a criatividade, por meio de uma conjugação do o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

A proposta curricular dos cursos deve ser flexível permitindo a aplicação do princípio da interdisciplinaridade, envolvendo os alunos na busca de soluções para os problemas sociais conforme a área de conhecimento e atuação profissional.

Pode-se citar como exemplo de indissociabilidade a prática pedagógica desenvolvida no estágio curricular supervisionado, o qual tem um papel importante neste processo, pois proporciona a interação com o mundo do trabalho.

Outra atividade que tem um papel fundamental no fortalecimento da prática da indissociabilidade é a monitoria. A UDESC recomenda que a monitoria esteja sempre orientada para a produção de conhecimento.

Além disso, a UDESC atua com o Programa de Educação Tutorial (PET) que visa desenvolver ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão sob a coordenação de um Professor Tutor, permitindo a formação global do estudante e a multiplicidade de experiências, impedindo o risco de uma especialização precoce.

9.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO

Durante seu percurso na Universidade, o acadêmico constrói conhecimentos, por meio da articulação entre teoria e prática, o que permite capacitá-lo para atuar na realidade enquanto cidadão e profissional consciente e competente.

Esse perfil deve possibilitar no futuro profissional a apreensão de vários conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas de sua área de atuação, levando sempre em consideração uma visão interdisciplinar. A atuação profissional deve primar pela assimilação e aplicação de

conhecimentos no campo filosófico, ético, cultural e científico condizentes com as necessidades e expectativas da sociedade atual.

De modo geral podem ser destacadas as seguintes competências e habilidades necessárias ao estudante da UDESC:

- construir conhecimentos necessários a sua atuação profissional;
- produzir e socializar os conhecimentos apreendidos;
- desenvolver uma visão interdisciplinar;
- desenvolver a capacidade crítica e criativa;
- ser capaz de aprender a aprender;
- ser capaz de avaliar as situações – problemas e intervir para a busca de soluções;
- ter condições de articular teoria e prática;
- ter capacidade de ler e interpretar;
- ter capacidade de desenvolver uma prática investigativa sobre os diferentes problemas da realidade;
- utilizar a linguagem oral e escrita corretamente, com clareza, objetividade e competência argumentativa e comunicativa;
- desenvolver a autonomia intelectual e,
 - utilizar em sua prática profissional novos recursos tecnológicos.

A seleção dos conteúdos curriculares está relacionada aos princípios norteadores dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Essa seleção é realizada levando em conta:

- a velocidade e intensidade das mudanças da sociedade atual;
- o contexto regional onde estão inseridos os cursos;
- ao contexto nacional e internacional pelas influências científicas, técnicas e culturais;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a integração de diferentes saberes necessários à formação superior;
- o perfil do curso e sua concepção;
- a adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais;

- as tendências do mercado de trabalho;
- a formação generalista e,
- a priorização e ênfase da essência da estrutura da formação em cada área do saber.

Partindo da afirmativa de que a Universidade é parte integrante de um contexto global que a determina e que, dependendo de seu funcionamento e sentido, pode colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade, cabe-lhe enquanto “espaço de saber” posicionar-se quanto ao seu papel, a fim de legitimar sua existência através de um desempenho consciente e bem fundamentado.

A UDESC como única Universidade Estadual mantida pelo Governo, consciente de seu papel social, se dispõe a examinar sua atuação, não só no sentido de demonstrar a eficácia de suas atividades e eficiência de seu funcionamento, mas também e principalmente com a finalidade constante do aprimoramento da qualidade e relevância científica-política dos seus serviços.

O ensino de graduação na UDESC tem por objetivo ampliar, com padrões de qualidade superior e pertinência, as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional da comunidade catarinense.

Das Diretrizes:

- a implementação de práticas institucionais que estimulem o aperfeiçoamento do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem;
- a implementação de práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de conhecimento e utilização de processos participativos na sua construção e reconstrução permanente;
- a revisão das concepções, estruturas e práticas curriculares dos cursos de graduação, de acordo com os fins da UDESC, as inovações em cada área

profissional e do conhecimento e as normas oficiais em vigor, tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais e as necessidades individuais;

- o apoio à formação superior com a oferta de novos cursos de graduação e ampliação de vagas nos cursos de graduação existentes, cursos superiores de tecnologia e os cursos seqüenciais, presenciais e a distância;
- a análise das demandas regionais para orientar a oferta de novos cursos;
- a diminuição do índice de evasão, buscando otimizar o número de alunos por curso e turma.

Entre os objetivos e metas definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, destaca-se a da proposição de uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno.

A Pró-Reitoria de Ensino da UDESC preocupada com estas questões iniciou estudos e discussões em meados de 2004, a fim de subsidiar os Centros quanto às adequações dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, em atendimento às orientações emanadas das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Neste sentido, em dezembro de 2004 foi aprovada, na UDESC, Resolução nº 043/2004-CONSEPE que dispõe sobre normas para processos de Autorização de Funcionamento e Criação, para Reformulação Curricular, para Reconhecimento de Cursos de Graduação e/ou Habilitação e para Avaliação e Renovação do Reconhecimento.

Além desta determinação e com o propósito de fornecer outros subsídios às avaliações e estudos em atendimento às diretrizes curriculares nacionais, por Centro de Ensino, para reformulações curriculares, em março de 2006, foi aprovada na UDESC a Resolução nº 005/2006 – CONSEPE que regulamenta as Atividades Complementares nos cursos de graduação da UDESC.

A institucionalização atividades complementares nos currículos dos cursos de graduação é resultante de estudos da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade da UDESC na perspectiva de cumprir o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001.

Um outro estudo realizado pela Pró-Reitoria de Ensino da UDESC e que deverá ser elemento de verificação e, posterior cumprimento quando das reformulações curriculares refere-se às cargas horárias dos cursos de graduação (totais, de estágio, de atividades complementares).

A UDESC recomenda que a elaboração do projeto pedagógico de reformulações curriculares, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais deverá ser subsidiada pelas seguintes orientações:

- evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- priorizar a essência da formação em cada área, respeitando a pulverização de currículos;
- incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- encorajar o reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, inclusive os que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;

- entender o curso como um percurso, em que todos recebam a mesma formação, mas ao mesmo tempo, podem se diferenciar a partir das escolhas em atividades complementares;
- propiciar a formação generalista (própria dos cursos de graduação), respeitada a especificidade do conhecimento;
- ter atenção especial a cada área de conhecimento, evitando a personificação dos currículos, ou seja, a tendência de determinado corpo docente na estruturação curricular;
- integrar no Projeto Pedagógico do Curso disciplinas optativas e eletivas;
- conceber uma estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a pesquisa e a extensão;
- estimular ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;
- desenvolver o espírito crítico e analítico, preparando os estudantes para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, sempre resultantes da evolução científica e tecnológica;
- incorporar a pesquisa como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão;
- orientar as atividades curriculares para a solução de problemas científicos e do contexto local;
- considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada;
- estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual.

Quanto à carga horária dos cursos de graduação, as reformulações curriculares deverão ser subsidiadas pelas seguintes orientações:

- implantar, na medida do possível, até 20% da carga horária na modalidade a distância, nos cursos presenciais; em estudo conjunto entre os Centros e Pró- Reitoria de Ensino;

- os estágios e atividades complementares, nos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não poderão exceder a 20% da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário (casos de estágios de algumas profissões, com determinação própria, como a Medicina, por exemplo);

- estabelecer um limite obrigatório mínimo e máximo de 20% da carga horária dos cursos de graduação (para atender a hora relógio, considerando que na UDESC a hora aula é de 50 minutos), sendo que 8 a 10% da carga horária total do curso deverá ser destinada para atividades complementares, tanto para as modalidades presenciais e a distância, não podendo exceder este limite; valendo a frase de que na UDESC o mínimo é o máximo. O padrão de medida de carga horária sempre é o currículo mínimo ou parecer equivalente, acrescido de 20%. Os tipos de atividades complementares deverão atender a Resolução nº 005/2006-CONSEPE.

- estabelecer que a carga horária destinada para estágios não poderá exceder a 12% da carga horária total do curso, caso este opte por 8% para atividades complementares e não poderá exceder a 10% da carga horária total do curso, caso este opte por destinar 10 % da carga horária total para atividades complementares (salvo nos casos de determinações legais em contrário), pois ambos não podem exceder a 20% da carga horária total do curso;

- racionalizar ao máximo a ocupação docente não permitindo divisão de turmas que não estejam previstas nos projetos pedagógicos dos cursos;

- a oferta de oficinas, disciplinas eletivas e optativas, bem como a divisão de turmas (caso ocorra) deverão constar no cômputo da carga horária do curso em tabela diferenciada, permitindo viabilizar duas grandezas: a carga horária total do curso para o aluno e o real impacto da ocupação docente em cada projeto pedagógico de curso, ou seja, carga horária total do curso em termos de ocupação docente.

9.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância na UDESC tem por objetivo oportunizar o acesso à educação de qualidade mediante a modalidade de ensino à distância.

A Educação à Distância (EaD) deverá ser compreendida como uma estratégia do processo educativo a ser oferecida pela Universidade, por meio da qual converte o saber-fazer e a experiência educacional da Instituição, em conteúdos disponibilizáveis por meios eletrônicos e interativos.

Das Diretrizes:

- criação e implementação de uma política de educação à distância para a graduação, pós-graduação e educação continuada, tendo por base a análise de demandas e de tendências da realidade;
- ampliação das oportunidades de formação superior com oferta de vagas e de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, na modalidade de EaD, mediante propostas de cada Centro e aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI);
- acesso gratuito ao ensino superior na modalidade de educação a distância ao maior número possível de cidadãos;
- adoção gradativa de metodologias de educação a distância em disciplinas do ensino de graduação presencial, visando a implantação em até 20% da carga horária total dos cursos de graduação;

- capacitação ao corpo técnico e docente da UDESC, com o intuito de provê-los de condições suficientes para a oferta da educação a distância;
- concretização de parcerias e busca de fontes alternativas para o financiamento de programas de educação a distância.

9.4 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO CONTINUADA

As instituições de ensino superior devem ser mais flexíveis, oferecendo propostas de educação continuada, com ampla gama de opções.

Das Diretrizes:

- definição de políticas e estratégias para a educação continuada desenvolvida pela UDESC;
- acesso à educação continuada/permanente;
- desenvolvimento de programas de educação e formação continuada aos servidores dos órgãos governamentais.

9.5 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

A UDESC tem por objetivo consolidar e expandir o ensino de pós-graduação, com excelência, integrada ao ensino de graduação, que desenvolva a cientificidade, o senso crítico e a criatividade nos acadêmicos, pelo exercício da atividade investigativa e de intervenção junto às organizações e o meio.

A pós-graduação na UDESC tem objetivos fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica, cultural e artística, visando à inovação e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tendo em vista a sua relevância, e promover a sua divulgação e a aplicação dos seus resultados.

Das Diretrizes:

- estabelecimento de um efetivo fomento institucional no processo de construção de novas propostas de programas de mestrado e doutorado acadêmicos;
- engajamento da UDESC no programa catarinense de formação/capacitação de pesquisadores e de docentes para o magistério superior;
- implementação dos mestrados e doutorados profissionais como forma de qualificação para o mundo do trabalho, inclusive por meio de parcerias com corporações públicas e privadas;
- publicidade das dissertações e teses, buscando transferir os novos conhecimentos para os diversos segmentos da sociedade catarinense;
- Implementação de mestrados e doutorados interinstitucionais (*Minter e Dinter*).
- aprimoramento e expansão da oferta de pós-graduação;
- criação e Implantação de Programas de Residência;

Constituem prioridades para a criação de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, mestrado e doutorado, as áreas de concentração, ligadas às áreas temáticas de competência, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa e em consonância com as áreas estratégicas de atuação da Universidade.

O desenvolvimento da Pós-graduação *Stricto Sensu* deve ser entendido como ferramenta capaz de produzir conhecimento difundido em produção científica institucionalizada.

Para a promoção de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* em áreas de menor número de pesquisadores doutores, devem ser oportunizadas parcerias com universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais, visando à cooperação interinstitucional.

A UDESC, em função das áreas de concentração priorizadas no Planejamento Estratégico (Plano 20), deve estabelecer prioridades para consolidação dos cursos de mestrado já implantados, e mestrados e doutorados em implantação, em consonância com as áreas temáticas de competência, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa.

O foco da produção científica na UDESC deve estar centrado nos programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, mestrados e doutorados e respectivas linhas de pesquisa.

Os programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, mestrados e doutorados, desenvolvidos na UDESC, devem ser submetidos, sistematicamente, à avaliação interna e externa.

A UDESC deverá acompanhar os egressos dos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, concluintes ou não, como forma de avaliar a qualidade dos cursos.

A UDESC deverá promover o acompanhamento e avaliação dos programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* na perspectiva de expansão vertical da Instituição, incluindo os mestrados e doutorados profissionais.

A UDESC deverá assegurar a continuidade da promoção de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização, aperfeiçoamento e atualização.

Na gestão e fomento da Pós-graduação *Stricto Sensu* a UDESC estimulará a criação de novos doutorados e a criação de programas multidisciplinares.

9.6 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A PESQUISA

A Universidade do Estado de Santa Catarina, para a formulação de toda estratégia, ação ou regulamentação, consulta seu corpo funcional nos campos de sua competência.

No planejamento relativo à infra-estrutura de pesquisa, todos os seus professores pesquisadores e técnicos envolvidos com esta atividade acadêmica são responsáveis pelas discussões setoriais para o incremento de suas práticas, com o intuito de subsidiar as instâncias administrativas pertinentes ao campo, a partir das avaliações institucionais da pesquisa, promovidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

A própria Reitoria possui um órgão consultivo atinente à pesquisa, que é o Comitê de Pesquisa, presidido pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e composto pelo Coordenador de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por cada um dos Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação dos diversos Centros e mais um professor pesquisador representante de cada uma das Comissões de Pesquisa dos Centros.

O Comitê de Pesquisa, no que se refere à formulação do Plano de Desenvolvimento da Infra-estrutura de Pesquisa, é o órgão responsável por avaliar as atividades de pesquisa institucional, discutir e propor ações e regulamentações relativas, assim como submeter suas proposições aos Conselhos Superiores para que sejam deliberados e postos em prática no âmbito universitário.

Inserido no Plano de Desenvolvimento da Infra-estrutura de Pesquisa dentre, os mecanismos institucionais de desenvolvimento do campo, o Programa de Apoio à Pesquisa (PAP), gerido pela PROPPG com recursos orçamentários da própria instituição, foi instituído em 1986, modificado em 1992. Em sua origem tinha o objetivo de oferecer recursos financeiros individuais aos projetos de pesquisa coordenados por seus professores pesquisadores.

No decurso do tempo, este Programa foi especialmente eficaz na elevação da qualificação da pesquisa e de seus resultados, na medida em que estimulava a produção acadêmica, estabelecendo-a como quesito componente dos critérios para seleção e classificação de propostas candidatas aos recursos. .

A partir das avaliações promovidas pela PROPPG, foi proposta e aprovada a Resolução 004/2007-CONSUNI, com objetivos gerais contribuir para: a consolidação da pesquisa institucional; a otimização dos recursos destinados à pesquisa; a integração dos pesquisadores em grupos de pesquisa; a consolidação de uma política institucional para os grupos de pesquisa e; a nucleação de novos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. A referida Resolução tem como objetivos específicos: possibilitar maior integração entre os pesquisadores, segundo linhas de pesquisa focadas na estruturação dos campos de excelência institucionais; possibilitar a integração de recém-doutores e professores recentemente contratados em atividades coletivas de pesquisa; estimular

pesquisadores produtivos a envolverem outros professores, técnicos e alunos nos grupos de pesquisa institucionais; proporcionar aos grupos maior volume de recursos para a otimização da distribuição, segundo critérios de benefício às ações de destacada relevância, potencializando o alcance de significativos resultados e; simplificar e agilizar o acesso aos recursos institucionais destinados à pesquisa.

Ainda, relativamente ao fomento à pesquisa, a UDESC conta com os seguintes programas:

- O Programa de Apoio à Divulgação da Produção Intelectual (PRODIP) aprovado pela RESOLUÇÃO 371/2005 – CONSUNI, visa fomentar a difusão da produção intelectual (científica, tecnológica, cultural e artística) da UDESC. O PRODIP tem por objetivo apoiar à participação em eventos científicos, tecnológicos, artístico-culturais, como congressos e similares, em âmbito nacional, com taxas de inscrição, passagens e diárias, e com o pagamento de taxas ou encargos de tramitação e publicação (*publishing fee* ou *publishing charges*) de artigos em periódicos científicos nacionais e estrangeiros.
- O Programa de Auxílio à Participação em Eventos, da UDESC – (PROEVEN) aprovado pela Resolução nº 053/2004 – CONSUNI, posteriormente alterada pela Resolução nº 084/2004 – CONSUNI que visa incrementar a visibilidade no exterior da produção intelectual (científica, tecnológica, cultural e artística) da UDESC e propiciar a aquisição de conhecimentos específicos imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa. O PROEVEN tem ainda por finalidades apoiar os pedidos de auxílio para participação de docentes pesquisadores, no exterior, em eventos científicos, tecnológicos, artístico-culturais, como congressos e similares, bem como, em estágios de aperfeiçoamento ou atualização. No ano de 2006 foram oferecidos 17 auxílios para participações em eventos.
- O Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) aprovado pela Resolução nº 281/2006 – CONSUNI é um programa voltado para o

desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação, e integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do CNPq, o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), da UDESC.

Todos os recursos para estes programas são exclusivamente oriundos do orçamento da UDESC, não contam com financiamentos externos. Para o PRODIP, são destinados recursos anuais aos orçamentos dos Centros; para o PROEVEN, são destinados 20 auxílios anuais (composto por passagem internacional e diárias/cada); para o PAP são destinados um recurso financeiro anual. A UDESC recebe anualmente 80 bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC), e a Universidade oferece 200 bolsas (PROBIC) com recursos próprios, uma contrapartida de 250%, quando a média nacional dentre as universidades públicas, segundo o CNPq, é de apenas 50%. A UDESC recebeu também no ano de 2006, 27 bolsas de iniciação científica provenientes da Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

A UDESC mantém também um Programa de Bolsas de Estudos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* aprovado pela Resolução 050/2004 – CONSUNI para mestrado, doutorado e pós-doutorado ou estágios pós-doutoral. Podem ser inscritos neste Programa os professores efetivos, integrantes do Quadro de Pessoal Permanente da Universidade que, legalmente autorizados a freqüentar curso *Stricto Sensu*, tenham concorrido à bolsa de estudos de pós-graduação em outros programas de capacitação e não tenham sido beneficiados e que preencham as exigências do Programa Bolsas de Estudos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UDESC.

A UDESC possui também um Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP) aprovado pela Resolução 46/2004 – CONSUNI que tem por finalidade propiciar ao aluno de pós-graduação *Stricto-Sensu* desenvolver habilidades e incentivos em sua formação acadêmica, inerentes à docência e à pesquisa científica e tecnológica.

A concessão das Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação é efetuada através de seleção, a cargo de Comissão especialmente designada pelos Colegiados de Programa, estabelecida em edital.

A UDESC instituiu e regulamentou o Programa de Residência (PRORES) - RESOLUÇÃO 375/2005 – CONSUNI - como modalidade diferenciada de formação de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização. O PRORES da UDESC caracteriza-se por um programa de treinamento profissional supervisionado intensivo em serviço, tendo por finalidade o desenvolvimento da responsabilidade pessoal e profissional, o aprimoramento dos conhecimentos teóricos e práticos na área de treinamento, o estímulo do espírito crítico e científico e o aperfeiçoamento técnico para o exercício profissional de portadores de diploma de graduação plena.

Das Diretrizes:

- busca da relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas, patentes, produção de dissertações e teses, organização de eventos científicos, promoção de intercâmbios e cooperação com instituições congêneres nacionais e internacionais;
- estabelecimento de parcerias para garantir o financiamento das atividades de pesquisa, incluindo-se o setor produtivo;
- implementação de mecanismos de avaliação dos projetos de pesquisa e da produção científica;
- busca de vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional e a inserção social;
- implementação de políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de docentes pesquisadores;
- implementação e consolidação de programas de iniciação científica para discentes;

- articulação da pesquisa com as atividades de ensino de graduação, pós-graduação e extensão;
- definição e implementação de critérios para o desenvolvimento da pesquisa e participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, na publicação e na divulgação dos trabalhos;
- implementação de mecanismos que venham assegurar a aplicação dos resultados da pesquisa junto às organizações e o meio;
- estabelecimento de critérios quantitativos e qualitativos para avaliar a produção da pesquisa;
- criação de institutos, no âmbito da UDESC, capazes de alavancar, com a necessária agilidade, as ações de pesquisa e pós-graduação em áreas de excelência da Universidade;
- qualificação pessoal para a gestão da pesquisa;
- fortalecimento de linhas de pesquisa dentro das áreas do conhecimento da Instituição;
- incentivo à iniciação científica dos alunos em conformidade com os programas já existentes na instituição como Programa de Iniciação Científica da UDESC (PROBIC), Programa de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC), Programa Voluntário de Iniciação Científica da UDESC (PIVIC) e Programa de Apoio à Pesquisa;
- fortalecimento a democratização dos resultados da pesquisa em semanas científicas, jornadas, congressos, dentro e fora da Instituição;
- viabilização de cursos e seminários, visando melhorar o desempenho das atividades acadêmicas contribuindo para melhores resultados científicos nas áreas de conhecimento da Instituição.
- melhoria da qualidade discente e docente através de pesquisas e publicações, através do Programa de Auxílio à Participação em Eventos (PROEVEN) e Programa de Apoio à Divulgação da produção Intelectual (PRODIP);
- fortalecimento das áreas do conhecimento institucional objetivando ampliação e consolidação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto-Sensu*, bem

como o apoio e incentivo aos alunos da Pós-Graduação através do Programa de bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP);

- efetivação dos grupos de pesquisa da UDESC, como meio de fortalecimento das ações coletivas dependentes da pesquisa, como os cursos de pós, também como elemento de nucleação de novos cursos;

- racionalização no uso dos recursos dos grupos de pesquisa, a desburocratização de toda a sistemática de avaliação de projetos, a possibilidade de planejamento orçamentário, a efetivação do foco no desenvolvimento da pós-graduação.

A idéia principal para o desenvolvimento da pesquisa na UDESC é que a composição dos grupos deverá ser mais criteriosa e concentração dos recursos nos professores efetivamente vinculados à pesquisa de qualidade, refletindo dessa maneira em melhor desempenho institucional.

9.7 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO

A Resolução nº 196/2006 – CONSUNI em consonância com o Plano Nacional de Extensão, traça a política, diretrizes¹ e procedimentos de extensão da UDESC.

A Extensão é entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional cidadão e constituindo, junto à sociedade, espaço do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

¹ Diretrizes da Política de Extensão:

I – Articulação com a pesquisa e extensão; II – Interação Universidade / Comunidade; III – Integração do sistema de conhecimento, divulgação e difusão dos resultados; IV – Realização de ações acadêmicas de caráter interdisciplinar; V – Articulação entre as áreas temáticas; VI – Apoio às ações voltadas para a autonomia da Comunidade.

E Extensão Universitária é processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, sendo indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a comunidade.

A extensão tem como um de seus objetivos o estabelecimento de uma relação dinâmica e positiva de reciprocidade entre a comunidade e a Universidade articulando o conhecimento científico e artístico-cultural com as demandas da Sociedade.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão são as seguintes áreas temáticas que orientam as metas para que os objetivos da Extensão Universitária sejam reafirmados: Comunicação; Cultural; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Das Diretrizes:

- contribuição na formação acadêmica, integrando ensino e pesquisa;
- oferecimento de oportunidades de ações transformadoras junto à sociedade;
- possibilidade de expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica;
- manutenção da relação entre a Universidade e a Sociedade a fim de que os problemas sociais prioritários possam receber a devida atenção e propostas de solução;
- atendimento as áreas sociais carentes, relativas à educação, saúde, produção de alimentos, inclusão social, geração de empregos e ampliação de renda;
- estímulo as ações cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinaridade e inerprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;
- possibilidade de programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias;
- possibilidade de ações interdepartamentais e intercentros;
- oportunidade de ações extensionistas voltadas para o desenvolvimento ambiental sustentável;
- participação de ações que desenvolvam políticas públicas;

- possibilidade de ações que ampliem o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social, contribuindo para minimizar as diferenças sociais;
- mobilização permanentemente da Comunidade Universitária para o debate da Extensão na UDESC, através de mecanismos que permitam promover o envolvimento de docentes, discentes e técnicos administrativos, considerando os vínculos da relação com o ensino e a pesquisa;
- participação da Universidade na elaboração das políticas voltadas para a população;
- possibilidade de novos meios e processos de produção, inovação e sociabilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento social.

A extensão constitui-se num espaço aberto às mudanças decorrentes de suas próprias práticas, da crítica da comunidade universitária e das exigências surgidas no seio da população.

Na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, a extensão está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, sendo suas ações pautadas na Política de Extensão e concentradas através dos Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Produções e Publicações desenvolvidos pelos Centros de Ensino, promovendo continuamente a participação efetiva da comunidade acadêmica.

9.8 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A GESTÃO

O processo de gestão no nível estratégico deve envolver alta produtividade de idéias, identificação de oportunidades institucionais que inclua inovações em níveis de execução com projeções, em longo prazo, e a respectiva alocação de recursos programados.

A temática referente a gestão e o financiamento da educação requerem capacidades e estratégias apropriadas de planejamento e análise de políticas, com o propósito de garantir uma gestão devidamente racionalizada e o uso efetivo

e financeiro responsável dos recursos. A gestão na UDESC deve ter como principal meta implementar a missão institucional por meio da garantia de uma ótima qualidade na educação, formação, pesquisa e prestação de serviços de extensão à comunidade catarinense.

Das Diretrizes:

- a criação de bases institucionais para a estrutura organizacional e o funcionamento da Universidade;
- a implementação de mecanismos de adequação da gestão universitária ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais;
- a criação de mecanismos que promovam uma maior integração da Universidade, seja no nível das políticas institucionais, seja no plano da comunicação e circulação da informação;
- a revisão dos regulamentos internos e as normas de gestão administrativa e acadêmica;
- a continuidade de projetos institucionais em períodos de transição administrativa;
- a implantação de programas permanentes e sistemáticos de revisão administrativa com a finalidade de reduzir a burocracia, mapear e otimizar processos e reduzir custos de gestão;
- a criação e implementação de um banco de dados articulado com as necessidades de informações gerenciais;
- a promoção de estudos visando a racionalização da ocupação e da utilização dos espaços físicos da UDESC;
- a complementação e adequação da infra-estrutura da Universidade em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a implementação de políticas institucionais de conservação, manutenção (preventiva e corretiva), atualização, segurança e estímulo à utilização racional dos recursos técnicos e materiais da Universidade;
- a criação de um sistema de comunicação que garanta o fluxo de informações utilizando os meios disponíveis (Internet, rádios, boletins, etc);

- a implantação de uma política de ampliação e racionalização do espaço físico e dos recursos tecnológicos das bibliotecas setoriais;
- a definição de uma dotação orçamentária para o acervo bibliográfico;
- a criação da Biblioteca Central da UDESC.

10 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação institucional deve ser entendido como um dos eixos estruturantes das políticas universitárias.

A necessidade de avaliação ampla da qualidade justifica-se, principalmente, pelo conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades acadêmicas.

A UDESC através da Resolução nº 195/2006-CONSUNI aprovou o Projeto de Avaliação Institucional (auto-avaliação), onde está explicitado que “mediante projeto apresentado cada Centro de Ensino deverá constituir sub-comissões que irão orientar o desenvolvimento dos trabalhos em articulação direta com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA)”.

O Projeto de Avaliação Interna da UDESC abrange aspectos de natureza quantitativa e qualitativa, compreendendo as seguintes etapas: a preparação; desenvolvimento e consolidação.

A avaliação institucional na UDESC deve incentivar a mudança as transformações na direção de uma educação comprometida com as necessidades sociais e com o desenvolvimento pleno do indivíduo.

A implementação de um processo avaliativo na Universidade exige em muitos dos seus aspectos, além do comprometimento coletivo, a viabilização de condições materiais, bem como o desenvolvimento dos recursos humanos necessários.

Das Diretrizes:

- implantar mecanismos de adequação e implementação do planejamento geral da

Universidade (plano estratégico), possibilitando e promovendo sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com os projetos pedagógicos dos cursos, bem como com os programas e projetos de pesquisa e extensão;

- estabelecer e implantar procedimentos de acompanhamento e avaliação do planejamento institucional;
- integrar o planejamento da UDESC às políticas de governo e ao Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina;
- reativar o Processo de Avaliação Institucional da UDESC, agora com a criação , através do novo Regimento, da Coordenadoria de Avaliação Institucional, órgão suplementar superior ligado ao Gabinete do Reitor;
- criar e implementar comissões de planejamento e avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. L. Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. **Universidade e Sociedade**. Brasília : ANDES, 1991.

CATANI, A . M. ; OLIVEIRA, J. F. de. A reestruturação da educação superior no debate internacional: A padronização de políticas de diversificação e diferenciação. **Revista Portuguesa de Educação**, Vol.13, nº 002. Universidade do Minho: Braga/Portugal. Pp.29-52. 2000

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1998: Paris, França). **Tendências da educação superior para o século XXI**. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

DELORS, Jaques et. al. **Educação um tesouro a descobrir**. Lisboa: ASA, 1996.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Educação e avaliação: técnica e ética. In: DIAS SOBRINHO, J.;RISTOFF, D. I. (Orgs.). **Avaliação uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002, p. 37-68

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Política Nacional de Graduação. Belo Horizonte, **(Re) Discutindo o PNG**: Subsídios para uma Política Nacional de Graduação. 2003.

_____. **Política Nacional de Graduação**. Manaus, Ante-projeto da Lei da Educação Superior. 2004.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão**. Ilhéus: Editus, 2001.

GATTI, Daniel Couto. **Sociedade informacional e analfabetismo digital**: relações entre comunicação, computação e Internet. Bauru: Edusc. Uberlândia: Edufu, 2005.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº9.394/1996)

MORIN, E. **A Cabeça Bem Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro : Bertrand Russel, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Rio de Janeiro : Cortez, 2000.

PEREIRA, Elizabete Monteiro de Aguiar. **Subsídios para a elaboração do projeto pedagógico**. Disponível em <[http://www.prg.unicamp.br/projeto pedagogico.html](http://www.prg.unicamp.br/projeto_pedagogico.html)> Acesso em: 18 dez. 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania**. Porto Alegre: Artemed, 2005.

_____. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

SUÑÉ, Leticia Sampaio. O processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional. Salvador, 2006. mimeo.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Planejamento Estratégico**: Plano 20 para 2005-2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA Plano de Desenvolvimento Institucional da UDESC 2006-2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Político Institucional**.
Niterói, 2002.

UNIVERSIDADE DE UBERABA. **Projeto Político Institucional**. Uberaba: Ed. da
Universidade de Uberaba, 2003.